

PSICODINÂMICA DO TRABALHO MASCULINO E A DEFESA DA VIRILIDADE: UMA QUESTÃO DE GÊNERO

Male Psychodynamic of Work And The Defense Of Virility: A Gender Issue

Psychodynamique Du Travail Des Hommes Et De La Défense De La Virilité: Une Question De Genre

Psicodinâmica Del Trabajo Masculino Y La Defensa De La Virilidad: Una Cuestión De Género

Ronaldo Gomes Souza¹

Doutorando em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (PSTO), na Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador do Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho (LPCT) na UnB. Mestre em Psicologia com ênfase em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações (PSTO) e graduação (bacharelado e licenciatura) em Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Go); possui o título de MBA em Gestão de Recursos Humanos no Centro Universitário Internacional de Curitiba (UNINTER); Pós-graduação lato sensu em Docência no Ensino Superior na Faculdade Sul-Americana (FASAM). É integrante da Comissão Intersetorial de Saúde e Segurança dos Profissionais da Educação (CISSPE) e demais servidores públicos do município de Goiânia. Coordena e atua em um projeto sobre saúde do trabalhador na CISSPE, atuando como psicólogo do trabalho e professor, em um projeto de extensão do Programa em Nome da Vida (PNV), da PUC-Goiás.

Carla Sabrina Antloga²

Doutora em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações, com ênfase em Ergonomia da Atividade Aplicada à Qualidade de Vida no Trabalho - EAAQVT (PSTO-UnB). Professora Adjunta do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho na Universidade de Brasília. Coordenadora do Curso de Graduação em Psicologia da UnB. Coordenadora do Grupo de Estudos em Psicodinâmica do Trabalho Feminino, vinculado ao Laboratório de Psicodinâmica e Clínica do Trabalho - LPCT (Instituto de Psicologia, UnB). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Fatores Humanos no Trabalho, atuando principalmente nas seguintes áreas: Psicodinâmica do Trabalho e Clínica do Trabalho.

RESUMO

O objetivo deste artigo é apontar caminhos teóricos que relacionem a ideologia defensiva da virilidade enquanto uma questão de gênero e o impacto que essa dinâmica tem nos trabalhadores homens dentro da perspectiva da psicodinâmica do trabalho. Caracterizado como valente, destemido, corajoso e herói, o homem, ao longo da história, defende uma imagem viril para ser valorizado pelo coletivo em diferentes espaços em que atua. No contexto do trabalho, estudos mostram que os homens tendem a negar o sofrimento decorrente da falência das estratégias de mediação em nome de uma honra viril. Por meio de apontamentos resultantes de diferentes estudos, concluímos que a psicodinâmica da defesa da virilidade adotada pelos trabalhadores homens pode agravar o adoecimento dos mesmos.

Palavras-chave: masculinidade; virilidade; defesa; psicodinâmica do trabalho

ABSTRACT

¹ ronaldopsicologo@hotmail.com

² antlogacarla@gmail.com

The aim of this article is to point out theoretical paths that relate the defensive ideology of virility as a matter of gender and the impact that this dynamic has on male workers within the perspective of psychodynamic of work. Characterized as courageous, fearless, and heroic, the man, throughout history, defends a virile image to be valued by the collective in different spaces in which it acts. In the context of the work, studies show that men tend to deny the suffering resulting from the failure of mediation strategies in the name of manly honor. Through notes resulting from different studies, we conclude that the psychodynamics of virility defense adopted by male workers may aggravate their illness.

Keywords: masculinity; virility; defense; psychodynamic of work.

RÉSUMÉ

Le but de cet article est de souligner les cheminements théoriques qui relient l'idéologie défensive de la virilité en tant que question de genre et l'impact que cette dynamique a sur les travailleurs masculins dans la perspective de la psychodynamique du travail. Caractérisé comme courageux, intrépide, et héros, l'homme, tout au long de l'histoire, défend une image viril à valoriser par le collectif dans les différents espaces dans lesquels il agit. Dans le contexte du travail, les études montrent que les hommes ont tendance à nier les souffrances résultant de l'échec des stratégies de médiation au nom de l'honneur masculin. Grâce à des notes résultant de différentes études, nous concluons que la psychodynamique de la défense de la virilité adoptée par les travailleurs masculins peut aggraver leur maladie.

Mots-clés: masculinité; virilité; de la défense; psychodynamique du travail.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es apuntar caminos teóricos que relacionen la ideología defensiva de la virilidad como una cuestión de género y el impacto que esa dinámica tiene en los trabajadores hombres dentro de la perspectiva de la psicodinámica del trabajo. El hombre, a lo largo de la historia, defiende una imagen viril para ser valorada por el colectivo en diferentes espacios en los que actúa, como valiente, intrépido y héroe. En el contexto del trabajo, estudios muestran que los hombres tienden a negar el sufrimiento derivado de la quiebra de las estrategias de mediación en nombre de un honor viril. Por medio de apuntes resultantes de diferentes estudios, concluimos que la psicodinámica de la defensa de la virilidad adoptada por los trabajadores varones puede agravar la enfermedad de los mismos.

Palabras clave: masculinidad; virilidad; defensa; psicodinámica del trabajo

INTRODUÇÃO

O preço que muitos homens pagam para defender sua virilidade pode ser alto demais para sua saúde psicossocial e, em alguns casos, pode ser até fatal. Ao longo da história, em diferentes civilizações, notamos uma dicotomia entre os gêneros masculinos e femininos na sociedade, impactando, também, nas relações de trabalho. Culturalmente, o homem é concebido como a negação da mulher. Isso implica que cabem às mulheres funções domésticas como cuidar da casa, dos filhos e do marido, lavando e cozinhando (Silva, 2000; Tosta, 2011). Por serem percebidas como “frágeis” – menos fortes fisicamente em relação aos homens – elas devem, então, ser protegidas. Cabe aos homens o papel de progenitores, de serem os protetores das

mulheres e das crianças, de serem fortes, corajosos, astutos, ágeis, heróis...

Assim, aquele que fracassa ao proteger sua honra viril enquanto homem (que não consegue ser destemido, corajoso, herói) é considerado uma “mulherzinha” e, logo, perde respeito e credibilidade perante a sociedade. Defender sua honra viril, então, pode assumir um fim em si mesmo e, para tanto, o homem pode até morrer ou se matar. Se o comportamento é percebido como um ato de bravura, em que seu papel enquanto “homem” foi honrado, ele é aceito e visto pela sociedade como um “homem de verdade”, legitimando o simbolismo do que é ser um homem na sociedade: torna-se praticamente um “super-homem”, um herói (Almeida, 2012).

Nesse sentido, percebe-se que uma relação de poder é instaurada. Ser homem

implica ser o dominante, aquele que é concebido como superior à mulher para resolver questões e demandas sociais – desde que não envolvam afazeres domésticos – (Bourdieu, 2003; Foucault, 1996). O homem que se aproxima do que é entendido como uma mulher é desvalorizado e desonrado perante os demais. Assim, fracassar enquanto homem e perder sua identidade viril, a qual implica dispor de força e bravura, tem um peso que pode adoecê-lo e custar sua própria vida.

Nas dimensões históricas, sociais e culturais, o gênero masculino é caracterizado por uma representação que envolve proteção, coragem, honra, força (Bauberót, 2013). Assim, as tarefas, atividades, responsabilidades, cargos e diferentes profissões que os homens assumem carregam e estão atravessados por essas mesmas representações. A subjetividade masculina no contexto do trabalho é constituída por uma configuração dialógica e complexa da virilidade, na qual a organização do trabalho exigirá certas posturas desse trabalhador, ao mesmo tempo em que esse trabalhador homem exigirá dos outros e de si mesmo coragem, honra, força... (Bock, Teixeira & Furtado, 2011; Dejours, Abdouchelli & Jayet, 1994; Pereira & Sousa, 2016).

Antes de um sujeito adoecer no trabalho, Mendes (2007a; 2007b) argumenta que ele aciona suas defesas para tentar suportar, eufemizar, lidar, minimizar o sofrimento. Quando essas defesas falham, o sujeito adoece. Dejours, Abdouchelli e Jayet (1994) apontam diferentes formas de estratégias de defesa (coletivas e individuais), incluindo a virilidade. Entende-se por estratégia defensiva da virilidade aquela na qual o sujeito trabalhador aciona os referenciais históricos, sociais e culturais relacionados à competição, força, coragem, honra, heroísmo, para lidar com os desafios do trabalho. Dessa forma, “homem que é homem” (Guillet, 2013) não precisa de ajuda; ele aguenta e suporta as diferentes

fontes de sofrimento por meio da sua racionalização e/ou negação.

Apesar dos autores (Dejours, Abdouchelli e Jayet, 1994) não afirmarem que a estratégia defensiva da virilidade é um fenômeno que ocorre exclusivamente com os trabalhadores do gênero masculino, Caniato e Lima (2008) encontraram em seus estudos relações entre a ideologia defensiva da virilidade e o referido gênero. Porém, não foram encontrados mais estudos que especifiquem a relação da psicodinâmica da ideologia defensiva da virilidade desenvolvida por trabalhadores do gênero masculino com a organização do trabalho. Por isso, apontaremos caminhos teóricos que possam permitir identificar a ideologia defensiva da virilidade como uma questão de gênero e o impacto que essa dinâmica tem nos trabalhadores homens dentro da perspectiva da psicodinâmica do trabalho. Portanto, apresentaremos conceitos e estudos sobre masculinidade (gênero masculino), virilidade e a estratégia defensiva da virilidade de trabalhadores homens frente ao sofrimento no trabalho na perspectiva da psicodinâmica do trabalho.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICODINÂMICA DO TRABALHO

O trabalho possui várias dimensões históricas, sociais, culturais e políticas. Trabalhar implica na capacidade do homem de criar, produzir e transformar diferentes elementos que estão a sua volta na natureza e, nessa dinâmica, transforma os outros e a si mesmo. O trabalho pode ter diferentes significados para as pessoas e pode servir para interação e integração do sujeito na sociedade, sendo, portanto, fundante para constituição da subjetividade do trabalhador, uma vez que esta é constituída na relação com o outro (Bock, Teixeira e Furtado, 2011; Frigotto, 1995). Assim, o homem, ao tentar controlar, impulsionar e regular a natureza e atender diferentes demandas, desejos e necessidades, cria artificios, instrumentos e estratégias para gerir seu tempo e suas atividades,

impactando diretamente nas relações humanas, no modo de produzir as atividades, na forma de trabalhar, bem como na forma das pessoas agirem, sentirem e pensarem.

O trabalho, então, ganha destaque uma vez que nos damos conta de que é ele o mediador de todas as transformações que causamos em todos os ambientes que interagimos, nos outros e em nós mesmos. Tal fenômeno despertou o interesse de muitos para tentarem compreender as dinâmicas laborais, evidenciando, aqui, a psicodinâmica do trabalho.

Levando em consideração tal destaque, Vasconcelos (2015) pontua que a obra de Christopher Dejours: *Travail: usure mentale – essai de psychopathologie du travail* costuma ser referenciada como um marco da psicodinâmica do trabalho e acrescenta que a mesma foi influenciada por diferentes fontes teóricas e metodológicas, tais como: psiquiatria, psicopatologia do trabalho, psicanálise e ergonomia. Molinier (2013) acrescenta que Dejours foi o autor pioneiro ao enfatizar a centralidade do trabalho na constituição da subjetividade do sujeito.

Tal centralidade, para Dejours, está embasada, principalmente, no reconhecimento de que o trabalho adocece e é fonte de sofrimento para o sujeito, mas também tem o potencial de ser fonte de prazer e saúde. Essas relações de prazer/sofrimento e saúde/doença reverberam na subjetividade do sujeito, nos diferentes papéis que ele assume durante os vínculos sociais que constroem ao longo da vida (Lima, 2005; Mendes, 2007a).

Todavia, inicialmente, Dejours (1992) se dedica a estudar o contexto do trabalho e o impacto que ele tem na vida do sujeito. O autor (1992) observou que o trabalho enlouquece as pessoas. O ritmo de trabalho, a ideologia da organização, a pressão do trabalho, a natureza das tarefas, as jornadas de trabalho, a política institucional, a organização do trabalho, as relações de poder, os modelos de gestão, as intensidades de trabalho influenciam a

forma dos sujeitos pensarem, sentirem e agirem. Notou, ainda, que quanto mais autoritário for o contexto, embasado em lógicas tayloristas-fordistas, cujo o foco é transformar o trabalhador em uma máquina de produtividade para atender os desejos organizacionais, mais propício é para o desenvolvimento de patologias no trabalho (Dejours, 1992).

Ao assumir essa postura, o sujeito se torna passivo, não participando ativamente e intencionalmente das atividades do trabalho. Ele não se sente e/ou não é o artista da sua própria obra. Não se reconhece no trabalho. Só está na organização para satisfazer as necessidades da empresa e o treinamento/conhecimento e competências que recebe e desenvolve lá, só fazem sentido para a própria organização e não para ele (Mendes, 2007b).

Como se não bastasse, muito trabalho que o sujeito executa não é reconhecido pelos seus pares e/ou superiores. Enquanto o foco for atender às expectativas de um mercado competitivo, exigente, o qual requer que o funcionário precise ser sempre ágil, dinâmico e com vantagens econômicas e sociais que garantam sua sobrevivência e lucro das organizações, fica difícil desenhar um cenário no qual o sujeito possa manter sua saúde ou ver o trabalho como fonte de prazer.

Avançando no estudo de suas obras, verifica-se que Dejours percebeu que nem todos os sujeitos adoecem. Reconheceu que o sujeito pode, sim, encontrar no trabalho fontes de saúde e prazer (Dejours, 2004a, 2004b, 2007, 2008; Dejours, Abdouchelli & Jayet, 1994).

Para explicar a dinâmica no contexto do trabalho e suas respectivas relações de prazer/sofrimento e saúde/doença no trabalho, Dejours (2008) argumenta que existe o trabalho real, o trabalho vivo e as prescrições do trabalho (que configuram a organização do trabalho). As prescrições são um conjunto de normas, regras e expectativas que a instituição desenvolve, no intuito de organizar o trabalho. Assim, a organização do trabalho influencia no

ritmo, na qualidade, na quantidade, na intensidade do trabalho, impactando em outras dimensões mais subjetivas do trabalho.

Nesse curso, a forma, os métodos adotados dentro do trabalho, a maneira das pessoas se comunicarem, realizarem seus trabalhos, estão pautadas na cultura da organização, que dita ao outro como os trabalhadores devem exercer suas atividades. A filosofia, políticas, linguagem, ritos, mitos, valores, tipo, tamanho da organização, são tecidos por prescrições, que projetam seus desejos, necessidades e expectativas organizacionais para um sujeito também desejante: com seus conflitos pessoais e profissionais, com suas próprias demandas de realização, de felicidade, de satisfação e de gozo, assim como a própria organização (Dejours, 2007; Dejours, Abdouchelli & Jayet, 1994; Freud, 1930).

Contudo, por mais organizadas, claras, objetivas e bem desenhadas que sejam as prescrições, elas não são realizadas em sua totalidade conforme prevê a instituição. O trabalho real nem sempre corresponde ao trabalho prescrito. A complexidade humana e suas demandas simbólicas atravessam a relação entre as prescrições e o que é feito no trabalho vivo, no trabalho real (ou seja, no trabalho que é realizado, de fato, concretamente, pelo trabalhador).

Nem sempre as expectativas, desejos, demandas e prescrições da organização vão ao encontro do trabalho realizado pelos sujeitos. Há, então, uma lacuna entre o trabalho real e o trabalho prescrito, que é preenchida pelo sofrimento do sujeito. Assim, o sujeito nem sempre desempenha ou alcança o resultado que foi prescrito, dito, combinado, desenhado, planejado pela organização. Nesse processo, a organização, pode exigir que o sujeito desenvolva uma atividade que ela mesma não oferece recursos (treinamentos e instrumentos) necessários para tal, gerando, assim, uma situação de constrangimento. O sujeito depara-se com uma experiência de

medo, vergonha e desamparo. E, ainda, quando o que é feito não é reconhecido pela organização, por exemplo, o sujeito pode acionar suas defesas para tentar suportar as fontes de sofrimento, sendo que, se elas fracassarem, ele adocece.

Mas há diferentes formas do sujeito trabalhador lidar com esse sofrimento. Dunker (2011) corrobora com esta colocação, afirmando que no

(...) mundo do trabalho derivamos a oposição entre produção e improdução. Neste caso o patológico aparece como efeito de um trabalho psíquico ou de uma elaboração (*Ducharbeiten*) entre desejo e linguagem, capaz de criar novos objetos de troca, de consumo, de cessão ou de fantasia. Contudo, tais objetos instituem subtrações, deformações e repetições que acabam por disseminar a perda da experiência que em tese eles mesmos deveriam recompor e reparar (p. 121-122).

Para a psicodinâmica do trabalho, existe o sofrimento patogênico e o sofrimento criativo. O sofrimento patogênico é aquele no qual o sujeito se vê incapaz de realizar a tarefa ou, ainda, diante daquela tarefa que não faz sentido para ele; em uma situação em que não é dada a ele a chance de opinar e mudar seu próprio trabalho, fazê-lo de uma maneira mais criativa ou que se adequa às necessidades do sujeito. Nesse processo, o sujeito fica alienado, conformado, paralisado, adoecido. É quando a organização utilizou de todas as estratégias de adaptação e ajustamento para enquadrar o sujeito às suas necessidades. O sofrimento patogênico, então, é aquele que paralisa o sujeito, o impede de ter ação, de ser dinâmico e criar novos destinos mais saudáveis para seu próprio sofrimento.

O sofrimento criativo, ao contrário, é aquele no qual o sujeito dá novos sentidos para seu sofrimento, ressignificando-o, transformando o que poderia o adoecer em algo saudável e prazeroso (Dejours, Abdouchelli & Jayet, 1994; Merlo & Mendes, 2009).

A transformação do sofrimento originado na rigidez, no autoritarismo da organização do trabalho em criatividade depende de dois elementos, segundo Dejours & Abdoucheli (1990): ressonância simbólica e o espaço público de discussão. A ressonância simbólica diz respeito a uma compatibilização entre as representações simbólicas do sujeito, seus investimentos pulsionais e a realidade do trabalho. Ou seja, o sujeito tem o desejo de receber de volta, ele quer sentir ressonar nele mesmo que a organização o reconhece, que seus desejos, expectativas e necessidades do teatro privado, subjetivo e singular são atendidos pela organização. Isso ocorre quando o sujeito vê sentido no seu trabalho, com base na sua história de vida. O espaço público de discussão é o reconhecimento, por parte do coletivo de trabalho, de criar um espaço no qual os sujeitos podem falar e seus sofrimentos podem ser escutados, no coletivo, mediado por um profissional. O sofrimento é compartilhado com seus iguais. O sujeito se sente acolhido e percebe que não está sozinho. O coletivo ganha força e os sujeitos integrantes são amparados, potencializando a transformação do sofrimento patogênico em criativo.

Mendes (2007b) acrescenta que o trabalho é prazeroso quando se vivencia a ressonância simbólica, realização e liberdade, exercício de democracia, socialização com os outros; reforço da identidade (reconhecimento), o uso da inteligência prática, negociação frente à organização do trabalho e emancipação. Já o sofrimento no trabalho ocorre quando o sujeito vivencia indignidade, constrangimentos, desqualificação, inutilidade, vergonha, angústia, medo e insegurança; esgotamento emocional e falta de reconhecimento.

Dejours, Abdoucheli e Jayet (1994) realizam um retorno epistemológico sobre a normalidade enigmática para sair da perspectiva reduzida da psicopatologia do trabalho, no sentido de somente observar e descrever as doenças mentais do trabalho.

Para tanto, notaram que, em geral, os sujeitos não se tornam doentes mentais do trabalho. Eles conseguem desenvolver estratégias para suportar o sofrimento e continuar trabalhando. Dessa forma, o questionamento muda de foco: ao invés de enfatizar somente as doenças mentais do trabalho, é necessário enfatizar a “normalidade” como enigma, uma vez que os sujeitos resistem às pressões psíquicas do trabalho e conjuram a descompensação ou a loucura.

A psicopatologia do trabalho tem como objeto de estudo o sofrimento no trabalho. Mas questiona-se como o sujeito tenta se equilibrar, ao ponto do sofrimento ser compatível com a normalidade e sujeito conseguir suportar esse sofrimento e não adoecer. Por isso a normalidade como enigma é reforçada aqui. O sofrimento é concebido como a vivência subjetiva intermediária entre doença mental descompensada e o conforto psíquico (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994), o que induz um novo enfoque de saúde (Dejours, 1985).

O sujeito, então, está em alerta, em um processo constante de luta e resistência para não permitir que o sofrimento o empurre para doença. Mas nem sempre suas forças são o suficiente para evitar a patologia e/ou a própria organização não oferece recursos para fortalecer esse sujeito. O conflito entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico do sujeito pode culminar em paralisação ou resignificação a partir do sofrimento experimentado pelo trabalhador, resultante de tal conflito. Mas o sofrimento suscita estratégias defensivas (Dejours, Abdoucheli & Jayet, 1994; Mendes, 2007a; 2007b; Mendes, Costa e Barros, 2003). E, para enfatizar a forma de manifestar o fracasso das defesas, Dunker (2011) argumenta que

(...) o sintoma admite tanto o sentido de experiência de sofrimento (sintomas transitórios), como o sentido de signo de um processo patológico (sintomas típicos), além do sentido de mal-estar ainda não reconhecido ou nomeado

coletivamente (sintomas individuais). Há formas de sofrimento que ainda não podem ser nomeadas e outras que já não podem mais ser reconhecidas, assim como há mitos individuais e coletivos, transitórios e permanentes, típicos e atípicos. Isso nos habilita distinguir o sofrimento excessivamente nomeado, codificado sob formas jurídicas, morais ou clínicas, ao modo do sintoma típico, do sofrimento insuficientemente nomeado que se apresenta como mal-estar difuso (*Unbehagen*), angústia flutuante ou condição incurável atinente a uma forma de vida (p. 116-117).

A função das estratégias defensivas (individuais e coletivas) é para eufemizar, para minimizar a percepção que os trabalhadores têm da realidade da organização do trabalho que o faz sofrer com suas pressões psíquicas. As defesas, então, se estruturam por retorno e eufemização. Retorno pela relação subjetiva com as pressões patogênicas do trabalho. Eufemização porque é um esforço de suportar, de resistir, minimizar, amortecer o sofrimento do trabalho. Essas operações são estritamente simbólicas/mentais, pois elas modificam, no geral, a realidade patogênica (Dejours, Abdouchelli & Jayet, 1994).

Em resumo não há nada de espantoso, já que, como se verá, as estratégias defensivas funcionam como regras. Como toda regra, elas supõem um consenso ou um acordo partilhado. Um tal acordo normativo, quando ele existe, não implica uma coisificação de um sujeito submetido à regra. A regra é de fato possuída pelos indivíduos coletivamente, ela cessa de funcionar a partir do momento em que os sujeitos não desejam mais fazê-la funcionar de comum acordo (por exemplo, quando um dos membros do coletivo trapaceia). A diferença fundamental entre um mecanismo de defesa individual e uma estratégia coletiva de defesa é que o mecanismo de defesa está interiorizado (no sentido psicanalítico do termo), ou seja, ele persiste mesmo sem a presença física de outros, enquanto a estratégia coletiva não se sustenta a não ser por um consenso, dependendo

assim, de condições externas. E se falamos de estratégia e não de mecanismo, é também para sublinhar que as contribuições individuais a estas estratégias são coordenadas e unificadas pelas regras, as regras defensivas (Dejours, Abdouchelli & Jayet, 1994, p. 128-129).

É importante ressaltar que o coletivo, para suportar o sofrimento, recria a realidade. Não se trata, porém, de um delírio, pois essa reconstrução simbólica da realidade é legitimada, construída, compartilhada e validada coletivamente. Ao assumir que seu sofrimento é coletivo e a possibilidade de reconstruir uma realidade suportável, os sujeitos percebem que não sofrem sozinhos (Mendes, 2007b). E a força que não teria para enfrentar ou amenizar o sofrimento sozinho se faz no coletivo. Mas quando essas defesas são estruturadas, podem se revelar em forma de alienação. Isso ocorre quando o funcionamento das defesas se torna um recurso cômodo de resolver os conflitos do trabalho. Assim, os trabalhadores não questionam as defesas e ficam em uma situação alienada, pois elas podem se tornar algo muito precioso para esse coletivo ao ponto dos envolvidos não quererem se desfazer delas, acabando por transformá-las em um objetivo em si mesma.

As ameaças contra a estratégia defensiva são vivamente combatidas e a estratégia corre o risco de ser promovida como objetivo. A situação subjetiva enuncia-se como se o sofrimento fosse essencialmente o resultado de um enfraquecimento da estratégia defensiva e não consequência do trabalho. O sofrimento não pode mais ser reconhecido como decorrente do trabalho. Inversamente, a estratégia de defesa que não era vista como promessa de felicidade, e a defesa da defesa, é erigida a ideologia. Por isso passaremos a falar em ideologia defensiva e não mais em estratégia coletiva de defesa, na medida em que a defesa se torna em programa de ação coletiva. Longe de carregar em si os germes de uma organização do

trabalho, menos nociva, a ideologia defensiva desemboca em conflitos de poder, que não resultam em nenhuma solução para a questão dos efeitos patogênicos das pressões organizacionais (Dejours, Abdouchelli & Jayet, 1994, pp. 130-131).

Assim, da estratégia coletiva de defesa há a construção da ideologia defensiva: na primeira, observa-se a passagem do plano imaginário, simbólico para ordem do pensamento e na segunda, retoma-se ao primeiro no plano da psicologia social, de acordo com Dejours, Abdouchelli e Jayet (1994), uma vez que as regras sociais, do coletivo, deixam homogeneizadas as singularidades dos sujeitos. E, dependendo da lógica estabelecida entre esse processo, pode culminar em violência, por exemplo, entre outras patologias do trabalho, pois se torna um coletivo perseguidor das diferenças, e uma nova ordem de autoritarismo da organização do trabalho é estabelecida.

Frente à psicodinâmica das defesas, indagamos se o gênero masculino possui estratégias diferentes para eufemizar o sofrimento no trabalho. Histórica e culturalmente, conseguimos notar diferenças entre os gêneros masculino e feminino em diferentes sociedades. Diferenças essas que impactam na dinâmica do mundo do trabalho. Há uma simbologia do homem ser concebido como “durão”, “machão” ... aquele que usa da sua virilidade para lidar com o sofrimento.

Assim, questionamos se o gênero masculino seria um fenômeno psicossocial, histórico e cultural que agravasse o processo do adoecimento no trabalho, caso a defesa contra o sofrimento falhasse na tentativa dos trabalhadores homens se protegerem usando sua virilidade como escudo. E se essa psicodinâmica do fracasso da defesa da virilidade proceder, nos perguntamos sobre as possíveis consequências na relação saúde/doença psíquica dos trabalhadores homens. Para tanto, precisamos nos inteirar mais sobre o processo da construção do gênero

masculino e da virilidade, na tentativa de entender a psicodinâmica da defesa da virilidade dos trabalhadores homens.

Masculinidade e Virilidade

Nenhum destino biológico, psíquico, econômico é capaz de definir a forma que assume dentro da sociedade o macho humano; é um conjunto de civilização que elabora esse produto intermediário entre o homem e o super-homem que chamamos de viril (Beauvoir, 1972, p. 497).

A masculinidade é caracterizada e construída por diferentes processos que vão para além da maturação do menino que se torna, um dia, um homem adulto. Baubérot (2013) enfatiza que a masculinidade é uma espécie de conformação simbólica, física e moral do estado viril ao qual os homens são pressionados ao longo da vida. Os meninos, então, desde criança, adolescente e, claro, enquanto adultos, são levados a interiorizar certos pensamentos e formas de agir como partes integrantes de formação enquanto homens para assumirem uma posição de poder e dominação (Viana & Ferrarini, 2016). Tal formação é reforçada por diferentes instituições, como a escola, a igreja e a família, por exemplo, apoiando as transições normativas e estereotipadas de como um homem (menino do sexo masculino) deve reagir perante a sociedade (Almeida, 1995).

Ao longo da história, a divisão dos gêneros é perceptível, é avaliada em diferentes maneiras e níveis. O impacto dessas influências históricas foi consolidado durante séculos e a expressão que temos hoje, segundo Baubérot (2013), teve suas raízes em torno do período pós 1ª Guerra Mundial. Assim, a forma de se vestir, os tipos e tamanhos das peças de roupas, a forma de falar, o tamanho do cabelo, os jogos e brinquedos, o cuidado com o corpo, as brincadeiras em grupo etc. podem distinguir-se entre um menino ou uma menina. Já era possível perceber qual era o papel esperado para cada um e qual a identidade eles deveriam assumir: “de

menino” ou “menina”. Nota-se uma identidade visual do “macho” e como ele deveria ser concebido, tratado e respeitado e, também, de forma previsível, como se esperava, ou espera, que um “homem” deve se portar, se vestir, brincar, jogar... se expressar publicamente (Botton, 2007).

É em grupo, então, que a virilidade tem sua iniciação, uma espécie de ritualização. Baubérot (2013) afirma que são em “bandos” que os garotos procuram seus pares e se masculinizam, se virilizam. Enquanto, geralmente, as meninas ficavam em casa, com suas colegas (de bairro, rua ou familiares, como primas, tias etc.) os meninos saíam para se divertir. O duelo era um jogo (ou brincadeira) muito presente entre os garotos e também entre os jovens adultos. Disputavam quem era mais o ágil, mais forte, mais astuto, quem manuseava melhor uma arma (vara, espada, bastão, arma de fogo...), entre outras atividades (Muszkat, 2011). Além disso, eram eles que faziam as travessuras, animavam os lugares, festas, carnaval e casamentos, eram eles os aventureiros, animados, divertidos. Então, a bebedeira, a algazarra, as rixas são signos de masculinidade. Mas esses signos devem ser moderados pois é preciso se desculpar pelos exageros e tolices típicas e justificáveis pela fase da adolescência (Guillet, 2013).

A ligação entre o consumo de álcool e masculinidade/virilidade é presente em diferentes momentos históricos e sociedades. E é, também,

(...) em bandos que os jovens vão ao bar, lugar de grande sociabilidade masculina e, conseqüentemente, etapa decisiva para o percurso da iniciação viril. Os jogos de azar comprovam a saída da infância, mas eles não bastam para garantir o acesso ao estatuto de homem. O bar tem sua ordem interna, que pode ser vista na hierarquia das bebidas alcoólicas e nos códigos de comportamento. (...) os egressos do serviço militar, que acabam de voltar do serviço militar, ensinam a arte do bilhar e a esses jovens, tendo o papel de grupo intermediário na cadeia iniciática do bar (Baubérot, 2013, p. 197).

Além do militarismo, expressão máxima da cobrança de ser homem, de ser macho, Baubérot (2013) e Bertaud (2013) acrescentam, dentre outras atividades, que o escotismo é também uma educação para virilidade. É lá que os garotos aprendem sobre hierarquia, *status*, dominação, afirmar sua força e astúcia, vencer, competir, ter honra, mobilizar o instinto combativo, jogos de conquista ou de confronto, enfim, para fins educativos que eles mostram o ímpeto viril da adolescência. Aqui a virilidade se constrói e ganha um novo estereótipo (Guillet, 2013). Não é somente viril aquele homem experiente, maduro. Mas um jovem que é aventureiro, que tem contato com a natureza, que desbrava e controla, transforma, domina a natureza. Assim, os homens contrastavam da imagem feminina e reafirmavam sua masculinidade: um “mochileiro/alberguista” que vai de um lugar a outro sem precisar de escova de dentes e maquiagem.

Uma vez mais, na escola, notamos uma centralidade na formação viril. Eles aprendem, a partir de autores antigos, a eloquência máscula com diferentes recursos e instrumentos de dominação tanto na política quanto no mundo dos negócios. Na França e Inglaterra, por exemplo, desde o fim do século XIX, haviam os internatos, que influenciaram e influenciam ainda hoje a “postura masculina” (Baubérot, 2013). Lá os garotos eram submetidos a rigorosos métodos para serem “homens de verdade”, similar ao rigor de um quartel ou convento.

Muszkat (2011) comenta que um universo exclusivamente masculino pode ser marcado pela violência, naturalizando o comportamento agressivo dos homens. É como se os homens tivessem que provar, o tempo todo, que suportam tudo, que devem disputar e dominar seus adversários ou aqueles desviantes das normas aceitas socialmente. Assim, o desenvolvimento físico e moral dos alunos era introduzido no esporte, similares às práticas militares (Bertaud, 2013; Viana & Ferrarini, 2016).

No âmbito do trabalho, no início dos anos de 1950, a maioria dos garotos entre 14

e 16 anos já estavam empregados. Isso porque o *status* de homem era mediado pela atividade produtiva remunerada, plasmada em uma atividade que exigisse conhecimento que se adquire fora da escola e que envolvesse força física como os cargos de operário ou de camponês. Mas o jovem, mesmo empregado, destinava boa parte do salário para ajudar os pais, até que ele conquistasse sua autonomia e pudesse sair de casa (Pereira & Souza, 2016).

Muitos jovens começavam suas atividades laborais com atividades “não qualificadas” (que não exigisse qualificações mediadas por instituições formais de ensino): serventes, pedreiros, carpinteiro, marceneiro, trabalhadores agrícolas. Nesses espaços, marcados pelo público masculino, os jovens desenvolviam uma assimilação progressiva dos ritos, normas e regras do trabalho (Bauberót, 2013). Os homens mais velhos se comportavam com brutalidade para endurecer, enrijecer e impor respeito aos mais jovens. Davam tapas, chutes e empurrões para, mais uma vez, estabelecer uma relação de poder e de dominação entre eles.

Porém, os comportamentos de “homem” não eram praticados somente nas fábricas, nas construções civis ou nos campos. Estavam também no contexto militar; sendo o quartel a expressão icônica da formação viril nos países em que existia o recrutamento universal (Bertaud, 2013). No quartel, os profissionais de segurança pública “fabricavam masculinidade”. O recruta conquistava várias habilidades e competências que caracterizavam o “homem feito”, envolvendo atividades de força física, domínio de armas, coragem e disciplina.

Há, assim, na história da virilidade, uma dialética entre inclusão e exclusão entre os homens. Aqueles que reproduziam e reforçavam tais habilidades e competências eram “homens de verdade” e eram incluídos no grupo de homens, de machos. Principalmente aqueles que participavam da expressão máxima da

virilidade: o militarismo (Almeida, 2012). Aqueles que eram inaptos ao serviço militar (fracos, doentes, com pouca: virilidade, astúcia, heroísmo, coragem...), eram desvalorizados, sem chances de encontrar uma esposa, de ser pai, de ser um chefe de família.

Os que tinham a experiência de ser aceito, aprovado pelo serviço militar, poderia gozar de uma aprovação e vantagens sociais, construindo uma carreira com possibilidades de cartões e medalhas que confirmavam sua bravura e masculinidade. Esses movimentos se tornavam atrativos para as moças e também era comum os homens comemorarem seus atos de bravura consumindo bebidas alcoólicas e irem aos bordéis (ação de dominação das mulheres como uma premiação de reconhecimento por seus méritos enquanto homem/viril).

Ao longo dos anos de 1970, iniciava a ideia de questionar, de dissociar-se dos estereótipos e da naturalização masculina. Os homens, aqui, poderiam começar a se libertar do terrorismo da virilidade. Isso foi possível graças a diferentes discussões de gênero, principalmente de movimentos feministas e de igualdade de gênero. Então, foi possível conceber, compreender e interpretar que a virilidade é, na verdade, uma construção de um conjunto de processos educativos e sociais com o objetivo de perpetuar, de uma forma consciente e/ou simbólica, a dominação masculina. E que os homens não tinham a obrigação de carregar o peso desse fardo nos ombros e que as mulheres não deveriam aceitar passivamente as consequências brutais de uma falsa naturalização da virilidade e da dominação masculina na organização da sociedade (Botton, 2007; Bourdieu, 2003; Foucault, 1986; Nascimento, 2011).

Nota-se que hoje o modelo de virilidade tradicional não foi substituído por um novo modelo mais contemporâneo. Mas foi necessário reinventar, ressignificar a virilidade. Assim, a educação viril passa por uma nova roupagem. Mesmo que muitos

comportamentos ainda reflitam as raízes tradicionais da virilidade, a educação e, também, a formação viril, estão em transformação. Há indícios de que a preocupação maior hoje está pautada no bem-estar e relações de afeto entre as pessoas (Bock, Teixeira e Furtado, 2011; Guillet, 2013).

Porém, ainda há uma força histórica significativa sobre os ombros da sociedade de mostrar o lugar do homem. De mostrar qual é o lugar dele na sociedade. Por isso, ainda parece um pouco vago a legitimação de novas estratégias de conceber as relações sociais embasadas em relações afetivas visando a ordem e bem-estar de todos. Estudos revelam que ainda há uma necessidade de mostrar de que homens e mulheres encontram estratégias diferentes de manterem o bem-estar na sociedade (Almeida, 2012; Caniato & Lima, 2008; Machin *et al*, 2011; Molinier, 2004). Há uma expectativa binária de como as mulheres podem contribuir para esse desejado bem-estar e como os homens podem contribuir para o mesmo fim.

De qualquer forma, discutimos os novos papéis que os homens assumem na sociedade. Bauberót (2013) argumenta sobre a figura do “novo pai”. As atividades domésticas, por exemplo, passam a ser exercidas, também, pelos homens. Mesmo que ainda de forma desigual e ainda mais tímida, os homens passam a compartilhar responsabilidade dentro de casa, cuidando da prole e dos afazeres domésticos e até cozinhando e limpando o lar. Porém, uma pesquisa citada por Bauberót (2013) nos anos de 1980 revelou que as meninas participam 3 vezes mais das atividades domésticas do que os meninos. Ou seja, apesar de os homens participarem, as mulheres ainda se destacam nos afazeres domésticos.

No quesito familiar, por outro lado, Bauberót (2013) pontua que o número de divórcio aumenta consideravelmente nos anos de 1960, redesenhado a estrutura familiar e, conseqüentemente, a figura paterna. Geralmente, as mães ficavam com

a guarda dos filhos e os pais (homens) contribuía com pensões (dinheiro). Esse episódio, por exemplo, marca um novo contrato social para os homens manterem sua dignidade e sua honra. Ele poderia ser um homem divorciado, mas teria a honra de manter a paternidade e, logo, sua honra, contribuindo com a pensão (Guillet, 2013).

A configuração da família monoparental, então, rompe com o processo de interiorização da identidade masculina de provedor/pai de família, tornando a dinâmica da virilidade mais complexa, impondo aos homens e as mulheres da sociedade novos modelos para superarem as dicotomias e contradições de gênero.

Como resultado das novas configurações de expressão da virilidade masculina (Silva & Leite, 2016), as próprias instituições sociais são forçadas a acompanhar as transformações ideológicas e práticas dos grupos sociais. Assim, surge uma nova relação entre a escola, o trabalho e o quartel. Se antes dos períodos entreguerras a escola se empenhava para educação física e conhecimentos das humanidades clássicas para os meninos, agora, principalmente a partir de 1924, com as salas mistas, devido a manifestações e reivindicações feministas, as relações, os métodos, as políticas educacionais mudam. Hoje, desde 1975, temos inúmeras instituições de ensino que não fazem distinção de ingressantes pelo sexo. E o mesmo ocorre ao ingressar no mercado de trabalho e nas forças militares. Mulheres, doravante, participam, ativamente, de espaços que, historicamente, foram espaços ditos “masculinos” (Bertaud, 2013).

Mesmo que hoje percebemos que há desigualdades de salários e posições de chefia ocupado mais por homens que mulheres, essas mudanças e conquistas das mulheres para participarem mais ativamente em diferentes instituições sociais impactam diretamente na concepção de virilidade (Tosta, 2011). A validação simbólica da identidade viril é enfraquecida e reconfigurada. Se antes um garoto de 15 anos tinha o fenômeno “ter um emprego”

como um rito de passagem para legitimar sua masculinidade e poder perante os demais que não tinham um emprego e as demais mulheres, isso perde o sentido com o tempo. É que agora as mulheres também não somente procuram e têm empregos como participam do cenário militar que, antes, só era ocupado por homens e considerado o estágio último da formação viril (Baubérot, 2013; Bertaud, 2013; Guillet, 2013). Então, alguns ritos de passagem, para reforçar e afirmar a masculinidade, mais uma vez, requer outras estratégias; requer mudanças.

Assim, com o “fim” da exclusividade masculina para certas atividades sociais há a transformação histórica da formação viril.

A valorização da juventude e de seus lazes, a fragilização do *status* profissionais, a vulnerabilidade da unidade familiar e o enfraquecimento da figura paterna fizeram com que o status do homem adulto perdesse uma parte importante de seu valor social. O homem jovem que amadurece vê afundar, portanto, seu capital juvenil sem poder compensar verdadeiramente essa perda pelo ganho de um capital viril. Diversas estratégias lhe são oferecidas para permitir o prolongamento de sua juventude, mas elas contribuem, de forma mais ampla, para a dissolução progressiva das fronteiras que separam tradicionalmente a idade jovem da idade viril. Dessa forma, as cartas de socialização viril dos jovens encontram-se embaralhadas não só por conta do questionamento da repartição tradicional dos papéis e das funções entre homens e mulheres, mas porque também o modelo de virilidade ao qual conduzia tal socialização perdeu sua pertinência social e seu poder de atração. A virilidade, considerada agora como hábito e não mais como demarcador de idade, entretanto, não desapareceu do ambiente cultural e do universo mental da juventude masculina. Aos seus olhos, determinados comportamentos e atitudes com reputação viril ainda preservam reais atrativos (Baubérot, 2013, p. 215).

Todavia, mesmo diante das transformações da figura masculina, Baubérot (2013) argumenta que até os anos de 1970 os valores de virilidade eram significativamente presentes na cultura operária. Os homens, entre si, cobravam uns aos outros, cotidianamente, atos de força, resistência e bravura, consonantes ao modelo tradicional do homem viril. Essa referência impacta, também, diretamente na imposição cultural da virilidade sobre os meninos dessa mesma época, em diferentes espaços sociais (Viana & Ferrarini, 2016).

Já que os ritos de passagens foram desfeitos e os contrastes de poder e dominação mais visíveis entre homens e mulheres foram ressignificados, restam aos homens, então, uma outra dinâmica para lidar com a virilidade. Ao invés de criarem uma cultura de integração para aprovar quem é homem e como fazer parte do grupo deles, a cultura viril da juventude passa agora a funcionar por rejeição. Isso explica, em partes, a inquietação e insistência dos episódios, ainda contemporâneos, do excesso de virilidade “a moda antiga”, em forma de protesto e rebeldia, reafirmando sua juventude, sua força, sua vitalidade.

Um exemplo de excesso, rejeição, rebeldia na juventude de classe média na contemporaneidade é expressado por modelos de virilidade para socialização como participar de festas e fazer parte de grupos que nem sempre são complacentes ou serenos. Geralmente nota-se mediações violentas entre eventos de sociabilização entre eles, com consumo de álcool e outras drogas, consumo de pornografia em excesso e sexualidade compulsiva. Trata-se de virilidades desenfreadas, com necessidade de autoafirmação, demonstrando, simbolicamente, que, na verdade, trata-se de jovens que se sentem desorientados e são inconsequentes (Muszkat, 2011). E, para lidarem com suas frustrações, manifestam atos e atitudes de violência gratuita, reinterpretando, forçadamente, estereótipos viris tradicionais, legitimando, então, uma rejeição, uma contracultura.

(...) o lugar que ocupa o estereótipo viril hoje em dia na socialização e na educação dos meninos é marcado por uma contradição evidente. O modelo de homem adulto para o qual eles são convidados a crescer se tornou uma figura incerta, cuja masculinidade não é mais caracterizada pela posse dos atributos da dominação. A própria paternidade deixou de ser um indicador da virilidade, de um lado porque as sociedades deixaram de separar simbolicamente sexualidade e procriação, de outro em razão da depreciação que sofreu a potência paterna. Enfim, a maioria dos adolescentes interiorizaram o ideal social de igualdade ao qual as meninas de sua idade se mostram, de bom grado, firmemente ligadas. Por tudo isso, os valores e as atitudes viris não desapareceram do campo social. Cotidianamente, através do espetáculo esportivo, do cinema ou dos inúmeros lazeres, a cultura de massa veicula ícones que simbolizam esses valores e exercem seu poder de fascínio junto aos adolescentes. O modelo de identificação masculina que constituía a idade viril foi substituído por um imaginário da virilidade amplamente desconectado das responsabilidades comuns do homem adulto. A contradição entre a fragilidade e a incerteza do gênero masculino, de um lado, e a pressão dos estereótipos viris, do outro, estaria (...) na origem da relação atormentada que entretêm muitos adolescentes com sua masculinidade (Baubérot, 2013, p.220).

Basta ligar a TV, o computador, ter acesso à internet, assistir filmes, comerciais, seriados e veremos o quanto a imagem do homem forte, viril, aventureiro, destemido e herói é explorada por inúmeros recursos midiáticos e desejada pelos jovens de hoje. Por outro lado, como acrescenta Baubérot (2013, p.220):

(...) os jovens que se apropriam de uma imagem viril veiculado pela cultura de massa não são necessariamente enganados. Eles adotam, através dele, uma cultura jovem que lhes é própria e que alimenta, por vezes, suas relações

conflituosas com o mundo adulto. Através de suas experiências de virilidade selvagem e desenfreada, talvez eles estejam buscando um meio de compensar o emprego cada vez mais forte dos processos educativos e sociais e o peso das normas de uma sociedade policiada e rotineira. O imaginário viril lhes permite identificar-se com heróis repletos de força e bravura, sonhar com horizontes mais longínquos onde a aventura tem o sabor de perigo. Horizontes aos quais, tornando-se adultos, a maioria deles deverá renunciar.

Assim, conforme as descrições e recortes históricos sobre o processo de virilização do homem, nota-se que há uma ideologia da virilidade na contemporaneidade que pressiona os homens a compensarem as transformações históricas e culturais que os colocaram em desvantagens sociais de dominação, prestígio e poder. Para os homens experimentarem o poder, se identificam com os heróis que salvam, são queridos e respeitados por todos. Porém, nesse processo, deturpam a imagem do herói, ao qual se identificaram, por meio de comportamentos violentos, abuso de força, algazaras, travessuras, brigas e até alteração do estado de consciência por meio do uso de drogas, para diminuir as defesas e, até, ficarem mais valentes... para mostrar que podem destruir, que têm força e que podem ser uma ameaça ou, até um “herói”. Se as pessoas não aceitarem, eles impõem o respeito à força, excedendo suas virilidades, em nome de uma identidade viril, em nome de uma identidade, na busca de um nome... de ser “homem”.

Trabalho Masculino e a Defesa da Virilidade

Mais especificamente no contexto de trabalho, Molinier (2004) destaca, na relação de poder entre gêneros, a existência de um complexo de masculinidade, pautado na virilidade social. Assim, quando um homem, em uma profissão de riscos físicos

e psicológicos, por exemplo, precisa lidar com alguma fonte de sofrimento que ameaça seu papel enquanto homem, ou seja, enquanto dominante, competitivo, (vencedor, corajoso, mais forte, mais sagaz...), ele usa de estratégias defensivas. A virilidade, então, pode se tornar uma defesa (Guimarães-Júnior & Macêdo, 2013; Rego, 2013). Um homem que precisa demonstrar sua masculinidade, não permitindo que o outro o castre, impõe sua força ao tentar conquistar e manter seu poder enquanto homem, aquele que é bravo, enfrenta tudo, é destemido, honrado, forte.

Dejours (1988) alega que “são as ideologias defensivas da profissão que produzem a expressão específica da virilidade no trabalho, no início essencialmente voltada à defesa contra o sofrimento, se mostraram num segundo tempo utilizáveis para aumentar a produtividade”. Um homem superprodutivo é um homem ávido, forte, com maiores chances de ser reconhecido e valorizado pela organização e pelos demais trabalhadores (homens ou mulheres). Isso implica que o homem, para não ser castrado/destronado de sua masculinidade, precisa, a “qualquer custo”, mostrar que é homem de verdade. Ele precisa defender sua honra viril, mesmo que isso custe sua própria saúde psíquica, física, social... ou, até mesmo, sua própria vida.

Para sintetizar como o processo das defesas, virilidade e masculinidade se desenvolvem, Caniato e Lima (2008, p. 189) afirmam que

(...) o “cinismo viril” é a estratégia coletiva de defesa, na qual a experiência do fracasso (“castração simbólica”) é objeto de uma negação e uma racionalização coletivas, mobilizadas para enfrentar o sofrimento gerado pelo medo, conduzindo a participação ou tolerância no/do “trabalho sujo”, as quais erigem-se em “ideologia defensiva do realismo econômico”. Dessa forma, na ideologia defensiva do cinismo viril a racionalização pelo econômico é uma forma de domínio simbólico típico do gênero masculino,

objetivando-se por meio da afirmação do cinismo como força de caráter, senso de responsabilidade coletiva e da exacerbação da virilidade sob o respaldo de uma racionalidade econômica ou científica (racionalidade estratégica). A virilidade é concebida socialmente como um atributo sexual que confere à identidade masculina a capacidade de expressão do poder. Associada ao exercício da força, da agressividade, da violência, da dominação, obtém garantia de segurança e proteção para o sujeito e para os que lhe são chegados, estando simbolicamente associada ao medo e à luta contra o medo, ou seja, a coragem. A virilidade é considerada como uma qualidade, uma virtude: eis aí racionalização do “mal” no “bem”, na qual a ética (racionalidade moral-prática) não é abolida, mas invertida. A coragem, em estado puro, tem a ver com a autonomia moral-subjetiva, dispensando o reconhecimento alheio, é uma conquista individual diante da neutralização do medo. Via de regra, manifesta-se silenciosamente e é julgada pela própria consciência. Já a virilidade, é uma conduta cujo mérito está na validação alheia. A “coragem viril” por sua vez, necessita de uma platéia (*sic*), de demonstrações, evidenciando-se não apenas nas condutas e comportamentos, mas também e fundamentalmente na ordem do discurso. O “discurso viril” é apoiado no conhecimento, na comprovação técnico-científica, no raciocínio lógico, visando afastar toda ameaça de fraqueza ou fracasso, é um discurso de domínio sobre o mundo.

Nessa trajetória, o homem anestesia não somente o medo, mas o sentido moral do trabalho, podendo praticar injustiças com ações autoritárias para manter a produtividade e seu valor no coletivo, mostrando aos outros que ele é homem de verdade; e homem de verdade não tem crises, sabe controlar suas emoções e suas fontes de sofrimento. “É por isso que nos encontros entre o sujeito masculino e os constrangimentos deletérios das situações de trabalho, o risco de captura da identidade masculina pela virilidade defensiva é real.

O homem virilizado escora seu funcionamento mental e social” (Molinier, 2004, p. 22).

Um estudo realizado com trabalhadores homens do setor elétrico (Salvagni, 2013) corrobora com as colocações de Molinier (2004), Caniato e Lima (2008), Dejours (1988), Nascimento (2011) e Botton (2007) sobre a defesa da masculinidade e virilidade dos homens, e Salvagni (2013) enfatiza que os homens do setor elétrico têm a tendência de manter a virilidade e provar sua masculinidade para os seus pares, negando o risco que envolve o trabalho deles. Os atos de bravura, de coragem de enfrentar os desafios, fortalecem a imagem viril dos trabalhadores e aumentam o respeito aos demais. Como prova de tal ato, alguns trabalham sem equipamentos de segurança, por exemplo. “O gozo no enfrentamento do risco para a manutenção de tal identidade vai se apresentar como um risco ainda maior” (Salvagni, 2013, p.26). O risco passa a ser, então, um objeto de identificação, de

manutenção do heroísmo e da legitimação da soberania, dominação e supremacia masculina e negação da feminilidade, podendo, como consequência, se revelar em forma de adoecimento psíquico ou pagamento com a própria vida.

Machin *et al.* (2011) acrescentam que o processo de negação da dor e sofrimento por parte dos homens tem um impacto negativo em sua saúde, pois acabam não desenvolvendo comportamentos preventivos de doenças, nem de promoção da saúde, em defesa da sua virilidade. Assim, defender sua masculinidade se torna algo mais importante que a própria saúde, uma vez que se mantém a concepção de uma masculinidade hegemônica em que um homem é invulnerável, não adocece e, por isso, somente crianças, idosos e mulheres deveriam procurar os profissionais da saúde. Machin *et al.* (2011) diferenciam os pares de opostos dos gêneros a partir de falas dos profissionais da saúde, no quadro a seguir:

Contexto de Expressão	Homens	Mulheres
Procura/Demanda	<ul style="list-style-type: none"> • Ausentes nos serviços • Invisibilidade, questão cultural 	<ul style="list-style-type: none"> • Presente nos serviços. • Visibilidade, questão biológica
Relação com atendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco paciente • Direto, objetivo • Desconhece os códigos 	<ul style="list-style-type: none"> • Muito paciente • Queixas vagas • Conhecimento dos códigos
Uso do serviço	<ul style="list-style-type: none"> • Práticas curativas/doença 	<ul style="list-style-type: none"> • Práticas preventivas/saúde
Adesão a tratamento	<ul style="list-style-type: none"> • Menor aderência 	<ul style="list-style-type: none"> • Maior aderência

Pares de opostos relacionados ao masculino e feminino manifestos nas falas dos profissionais de saúde. Machin et al. (2011).

É possível notar que, de acordo com essa pesquisa com profissionais da saúde, os homens, comparados às mulheres, têm menor quantidade de pacientes no processo de atendimento, são mais diretos e objetivos ao falarem sobre os sintomas/doenças, têm a tendência de não procurarem ajuda dos profissionais de saúde e, quando têm problemas (de saúde), possuem práticas curativas (só procuram ajudam quando já estão doentes, sendo menos preventivos); invisibilidade de assumirem o papel de cuidador, têm menor aderência aos tratamentos, entre outras características.

Molinier (2004, p. 24) observou, em pesquisas ao longo de quinze anos, diferenças significativas entre os gêneros no contexto de trabalho e concluiu que a saúde é uma construção intersubjetiva. Há um peso histórico, cultural, social, coletivo por trás da configuração da identidade masculina no trabalho, corroborando os achados de Machin et al. (2011), ao mostrar o preço que muitos homens pagam para manter suas virilidades, o qual, muitas vezes, se revela em doenças físicas e, principalmente, em doenças psíquicas, como episódios de intensa ansiedade, estresse e depressão, por exemplo.

Concebendo o contexto militar como uma expressão máxima de virilidade no processo histórico da masculinidade, servindo como referência de ideal masculino, conforme caracterizado neste texto anteriormente, Almeida (2012, p.110) desenvolveu uma pesquisa com militares e argumentou que “o corpo construído pela ordem militar, como discurso, está associado a traços distintivos de certa masculinidade tomada aqui como hegemônica: virilidade, resistência, força”. Almeida (2012) continua e diz que o adoecimento psíquico (Barros & Mendes, 2003), no sentido de enfatizar a situação do descontrole do corpo, da raiva, da ansiedade, da bipolaridade, do estresse, da depressão, é visto pelos colegas como alvo de piadas e deboches.

A falta de controle de diferentes situações de trabalho, dos afetos e das doenças se converte em sinônimo de fraqueza. Sinônimo esse que não caracteriza, não está em conformidade com o ideal de masculinidade do contexto militar nem em conformidade com o imaginário social sobre masculinidade e, por isso, deve ser evitado, negado. Ao entrevistar os militares sobre a origem do estresse no trabalho, Almeida (2012) identificou que eles atribuíram fatores externos como as raízes de tal estresse: dia-a-dia da profissão, prescrições, demandas, ritmo, pressão e exigências do cargo que ocupam. Assim, parece que não há uma consciência por parte dos militares homens da relação entre o constrangimento gerado pela organização do trabalho e a configuração história e cultural que atravessam a construção de masculinidade como uma possível origem das doenças mentais no trabalho (Silva, 2000). Ou seja, a questão de gênero não é considerada como uma variável, um elemento a ser valorizado para compreender melhor a relação de saúde/doença no trabalho dos militares. Ou, ainda, a configuração hegemônica de masculinidade/virilidade não faz sentido para os militares como possível constituinte

de algumas doenças mentais que desenvolvem no trabalho (Morgante, 2015).

Ainda sobre o mundo do trabalho, Grenier-Pezé (2004) afirma que a partir de uma visão distorcida da realidade, marcada por uma organização do trabalho rígida, homens e mulheres podem desenvolver valores viris para lidar com episódios de injustiça e de sofrimento, se revelando em ideologias defensivas da profissão. Essas ideologias se tornam cada vez mais consonantes com tais condições de trabalho, enrijecendo as defesas com atitudes viris.

Para suportar o sofrimento, é preciso desenvolver estratégias de resistência embasadas em uma virilidade social. Assim, a violência se torna necessária, dentro de uma construção social do masculino, despertando o medo de ser constrangido, castrado, submisso, passivo. A virilidade, então, é medida a partir da capacidade de alguém de provar sua masculinidade sendo bruto, forte, não adoecendo, sendo resistente. Nesse processo, as defesas se tornam um fim em si mesmas, exacerbando comportamentos viris, comprometendo a saúde psíquica e podendo até alienar e paralisar o sujeito (Dejours, 2007).

Um contexto de trabalho precarizado no qual haja metas inatingíveis (Alves, 2011), falta de treinamentos específicos ou recursos apropriados para desenvolver as devidas tarefas exigidas por certos cargos contribui para o desenvolvimento de defesas viris (Grenier-Pezé, 2004). Uma vez que o sujeito precisa mostrar seu valor perante o coletivo, comprovar que é macho, acaba desenvolvendo métodos para atingir seu trabalho, mesmo que ele não volte vivo para casa, como é o caso de algumas profissões na área de segurança pública (Almeida, 2012). Assim, para não ter que lidar com o sofrimento e constrangimento de ser julgado pelos outros homens como alguém fraco, fracassado, incompetente, “mulherzinha” (Silva & Leite, 2016), ignora as consequências de desenvolver doenças psíquicas no trabalho ou outras consequências ainda mais trágicas

(Almeida, 2012; Grenier-Pezé, 2004; Dejours, 2007).

O homem que consegue manter a “qualquer preço” sua masculinidade a partir de defesas viris, ganha o prestígio e respeito do coletivo constituído de outros homens. Porém, ao mesmo tempo, agrava as possibilidades de adoecimento ao desenvolver uma estratégia não saudável/patológica de se proteger. E, quando acontece, por exemplo, de um homem ser encaminhado para um profissional da saúde e ser diagnosticado com alguma doença psíquica, esse diagnóstico se transforma em uma prova concreta de que ele falhou, fracassou. Ele ganha um comprovante que atesta sua fraqueza (Dunker, 2011), o que compromete sua imagem masculina e seu poder viril. E como a sua masculinidade tem um peso significativo na sua vida, o homem tenderá a se fazer de forte e valente para manter as características que são valorizados pelos outros, se embrutecendo, usando atitudes viris como defesa para amenizar o sofrimento e equalizar seu prestígio psicossocial de masculinidade no trabalho e demais lugares que ele interagir.

Considerações finais

A perspectiva teórica e metodológica da psicodinâmica do trabalho, ao estudar as relações de prazer/sofrimento e saúde/doença no trabalho, contribui na compreensão da elaboração de estratégias defensivas usadas pelos trabalhadores ao tentarem se proteger de fontes de sofrimento no trabalho. Destacamos neste manuscrito como a psicodinâmica das defesas atuam em trabalhadores homens, uma vez que nos damos conta das singularidades da construção social, cultural e histórica do gênero masculino e da virilidade dos homens. Apontamos estudos, teorias e pesquisas relacionando a psicodinâmica do trabalho, o gênero masculino e a defesa da virilidade de trabalhadores homens como

uma configuração patológica de lidar com o sofrimento no trabalho.

Podemos notar uma tendência dos homens, ao longo da história, de serem caracterizados enquanto figuras que representam força, resistência, bravura, coragem, heroísmo... revelados em forma de virilidade. Mostramos como as configurações históricas, sociais e culturais da construção da virilidade masculina podem impactar na relação saúde/doença dos trabalhadores homens, no olhar da psicodinâmica do trabalho. Concluímos que o uso da defesa da virilidade pode agravar significativamente o processo de adoecimento psíquico do trabalhador homem, uma vez que a virilidade abriga um paradoxo entre virtude e sofrimento psíquico nos homens. A virtude se dá pelo reconhecimento e prestígio psicossocial pelo ato de bravura, coragem, heroísmo que o homem pode ter no coletivo ao negar que sofre, que tem doença, que é fraco ou que fracassou ao exercer sua profissão, com atitudes viris. Já o sofrimento se dá justamente pelas consequências da negação de tal sofrimento, se revelando e se expressando, simbolicamente e psicologicamente, como adoecimento.

Mesmo que conseguimos encontrar o nexo entre gênero masculino, sofrimento psíquico e defesas no trabalho em alguns estudos, é necessário o investimento em mais pesquisas para aprofundarmos sobre a psicodinâmica da construção das defesas dos trabalhadores homens em prol da promoção de saúde e prevenção de doenças. Apesar da construção da masculinidade/virilidade estar em processo de constante transformação ao longo da história, não podemos ignorar o seu impacto, uma vez que notamos que muitos trabalhadores homens usam da estratégia patológica da virilidade para se proteger dos sofrimentos e dos riscos psicossociais do trabalho. Temendo resultados mais trágicos, levantamos pesquisas a fim de mobilizar as ciências humanas e da saúde para que as mesmas levem em consideração as relações

de gênero no trabalho, mesmo porque isso é uma questão de saúde pública.

Referências

- Almeida, C. V. R. (2012). “Manda quem pode, obedece quem (não) tem juízo” – corpo, adoecimento mental e intersubjetividade na polícia militar goiana. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade Federal de Goiás, Goiânia.
- Almeida, M. V. (1995). *Senhores de Si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século.
- Alves, G. (2011). Trabalho flexível, vida reduzida e precarização do homem-que-trabalha: perspectivas do capitalismo global no século XXI. In: Vizzaccaro-Amaral, A. L., Mota, D. P. & Alves, G. (Orgs). *Trabalho e saúde: a precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI*. São Paulo: LTR.
- Barros, P. C. R., & Mendes, A. M. (2003). Sofrimento psíquico no trabalho e estratégias defensivas dos operários terceirizados da construção civil. *Psico USF*, 8 (1), 63-70. doi:10.1590/S1413-82712003000100009.
- Baubérot, A. (2013). Não se nasce viril, torna-se viril. In: A. Corbin; J-J. Courtine; G. Vigarello. (Org.). *História da Virilidade: a virilidade em crise? Século XX-XXI*. Vol. 3. (pp. 189-220). Petrópolis: Vozes.
- Beauvoir, S. (1972). *Tout compt fait*. Paris: Gallimard.
- Bertaud, J-P. (2013). A virilidade militar. In: A. Corbin; J-J. Courtine; G. Vigarello. (Org.) *História da Virilidade: o triunfo da virilidade o século XIX*. Vol. 2. (pp. 195-248). Petrópolis: Vozes.
- Bock, A. M. B., Teixeira, M. L. T. & Furtado, O. (2011). O mundo do trabalho e das organizações. In: A. M. B. Bock; M. L. T. Teixeira & O. Furtado (Orgs), *Psicologia Fácil* (159-171). São Paulo: Saraiva.
- Botton, F. B. (2007). As Masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. *Revista Vernáculo*, 19 e 20, 109-120. Recuperado de <http://revistas.ufpr.br/vernaculo/articloe/viewFile/20548/13731>, em 07/03/2016.
- Bourdieu, P. (2003). *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Caniato, A. M. P., & Lima, E. da C. (2008). Assédio moral nas organizações de trabalho: Perversão e sofrimento. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 11(2),177-192. doi:10.11606/issn.1981-0490.v11i2p177-192.
- Dejours, C. & Abdoucheli, (1990). E. Itinéraire théorique en psychopathologie du travail. *Revue Prevenir*, 20, 21-38. doi: 10.7202/008833ar
- Dejours, C. (1985). Construire as santé. In Cassou, B. et al (dir.) *Les risques du travail* (18-21). Paris: Éditions de la Decouverte.
- Dejours, C. (1992). A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez-Oboré.

- Dejours, C. (2004a). Adenddum. In: S. Lancman & L. Szelman (Orgs). Christopher Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2004b). O trabalho como enigma. In: S. Lancman, L. Szelwar (Orgs.) *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. Rio de Janeiro: Fio-cruz/Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C. (2007). *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Dejours, C. (2008). A metodologia em psicopatologia do trabalho. In S. Lancman, L. Szelwar (Orgs.) *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho*. (2ªed., PP. 107-128). Rio de Janeiro: Fio-cruz/Brasília: Paralelo 15.
- Dejours, C.; Abdouchelli, E. & Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do Trabalho – contribuições da escola Dejouriana à análise de prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas.
- Dunker, C. I. L. (2011). Mal-estar, sofrimento e sintoma: releitura da diagnóstica lacaniana a partir do perspectivismo animista. *Tempo social*. 23 (1), 115-136. doi:10.1590/S0103-20702011000100006.
- Foucault, M. (1986). *A História da Sexualidade II – O Uso dos Prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S. (1930). *O mal-estar na civilização*. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, vol. 21. Rio de Janeiro: Imago.
- Frigotto, G. (1995). *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 1995.
- Grenier-Pezé, M. (2004). Forclusão do feminino na organização do trabalho: um assédio de gênero. *Revista Produção*, 14 (3), 6-13. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/prod/v14n3/PROD%20v14%20n3.pdf> em 22/06/2016.
- Guillet, F. (2013). O duelo e a defesa da honra viril. In: A. Corbin; J-J. Courtine; G. Vigarello. (Org.) *História da Virilidade: o triunfo da virilidade o século XIX*. Vol. 2. (pp. 97-152). Petrópolis: Vozes.
- Guimarães-Júnior, E. H. & Macêdo, K. B. (2013). Saúde e trabalho do empreendedor: um estudo em psicodinâmica do trabalho. *Fragmentos de Cultura*, 23 (3), 335-347. doi: 10.18224/frag.v23i3.2954.
- Lima, M. E. A. (2005). Transtorno mental e trabalho: o problema do nexo causal. *FEAD-Minas*, 2 (1), 73-80. doi: 10.1590/S0102-71822007000400015.
- Machin, R. et al. (2011). Concepções de gênero, masculinidade e cuidados em saúde: estudo com profissionais de saúde da atenção primária. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(11), 4503-4512. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n11/a23v16n11.pdf> em 01/09/2016.
- Mendes, A. M. (2007a). Da psicodinâmica à psicopatologia do trabalho. In: A. M. Mendes (Org.). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*.

- (pp. 29-48). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M. (2007b). Novas formas de organização do trabalho, ação dos trabalhadores e patologias sociais. In: A. M. Mendes (Org.). *Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas*. (pp. 49-62). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendes, A. M. Costa, V. P.; Barros, P. C. R. (2003). Estratégias de enfrentamento do sofrimento psíquico no trabalho bancário. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 3 (1), 59-72. Recuperado de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revisps/article/view/7778/5626> em 01/04/2013.
- Merlo, A. R. C. & Mendes, A. M. (2009). Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. *Cadernos de psicologia social*, 12 (2), 141-156. doi: 10.11606/issn.1981-0490.
- Molinier, P. (2004). Psicodinâmica do trabalho e relações sociais de sexo. Um itinerário interdisciplinar. 1988-2002. *Produção*, 14 (3), 14-26. doi: 10.1590/S0103.65132004000300003
- Molinier, P. (2013). *O trabalho e a psique: uma introdução à psicodinâmica do trabalho*. Brasília: Paralelo 15.
- Morgante, M. M. (2015). Trabalho e virilidade sexual: a violência de gênero quando ela questiona – DEAM/Vitória-ES. XXVIII Simpósio Nacional de História: velhos e novos desafios. 27-31 de julho de 2015. Florianópolis – SC, Brasil. Recuperado em 05 de setembro de 2016, de http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427483186_ARQUIVO_ArtigoANPUH2015.pdf.
- Muszkat, S. (2011). *Violência e masculinidade*. São Paulo: Casa do psicólogo.
- Nascimento, M. A. F. (2011). Improváveis Relações: produção de sentidos sobre o masculino no contexto de amizade entre homens homo e heterossexuais. *Tese de doutorado em Saúde Coletiva*, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Pereira, M. A. D. & Sousa, L. M. (2016). Sofrimento psíquico, gênero e o trabalho na área do cuidado. In K. B. Macêdo; J. G. Lima; A. R. D. Fleury & C. M. S. Carneiro (Orgs). *Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar*. (pp. 275-285). Goiânia: PUC-Goiás.
- Rego, V. B. (2013). Virilidade. In Vieira, F. O., Mendes, A. M. & Merlo, A. R. C. (Orgs), *Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho* (pp. 499-501). Curitiba, PR: Juruá.
- Salvagni, J. (2013). Risco, trabalho e masculinidade. Um estudo sobre os trabalhadores do setor elétrico. *OPIS*, 13 (2), 15-32. doi: 10.5216/o.v13i2.22089.
- Silva, F. V. & Leite, F. F. (2016). A invenção do lumbsexual: memórias de uma virilidade perdida?. *Maringá*, 38 (2), 207-2016. doi: 10.4025/actascilangcult.v38i2.27927.
- Silva, S. G. (2000). Masculinidade na história: a construção cultural da diferença entre os sexos. *Psicol. cienc. prof.* 20 (3), 8-15. doi:

10.1590/S1414-
98932000000300003.

- Tosta, T. L. D. (2011). Desigualdade de gênero e a precarização das relações de trabalho. In J. H. Nunes & R. A. Freitas (Orgs). *Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade*. (pp.53-68). Goiânia: PUC-Goiás.
- Vasconcelos, A. C. L. (2015). Antecedente e construção da psicodinâmica do trabalho. In: R. D. Moraes & A. C. L. Vasconcelos (Orgs). *Trabalho e emancipação: a potência da escuta clínica*. (pp. 47-59). Curitiba: Juruá.
- Viana, M. A. & Ferrarini, N. L. (2016). A lacuna moral na educação de meninos: o impacto das novas configurações de masculinidade na subjetividade infantil. *PsicoFAE*, 5 (1), 13-30. Recuperado de <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/85-292-1-SM.pdf> em 08/05/2017.

Data de submissão: 03/10/2017

Data de aceite: 28/10/2017